

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

À Sua Senhoria o Senhor Pregoeiro
MJSP – Polícia Federal
Superintendência Regional em Alagoas
REF.: Pregão Eletrônico nº 01/2022 – SR/PF/AL
Processo Administrativo Nº 08230.006570/2021-74
ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO

PRONTO SERVIÇOS GERAIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.570.975/0001-58, estabelecida à Praça Visconde de Sinimbu, nº 189, Sala 206, Centro, Maceió, Alagoas, CEP 57.020-720, por meio de seus Representantes Legais, o Senhor ROBERVAL TENÓRIO DE BRITO, brasileiro, divorciado, Empresário, portador de RG nº 678.880, SSP/AL, e do CPF nº 440.359.694-00, e a Senhora DAYSE ALVIM DA SILVA, brasileira, solteira, Empresária, portadora de RG nº 1.523.088, SSP/AL, e do CPF nº 007.944.824-06, vem à presença de V. Sa., mui respeitosamente, com fulcro no art. 109, Inciso I, alínea "f", da Lei nº 8666/1993, e demais legislação correlata, aplicável às Licitações Públicas, e ainda no subitem 11.2.3, do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2022 – SR/PF/AL, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO, em face da Decisão do Pregoeiro, que declarou vencedora do certame, para o item 3, a empresa SANTA FÉ CONSTRUÇÕES LTDA. – EPP, CNPJ nº 11.949.783/0001-70, pelos motivos e fundamentos a seguir expostos.

I. DA TEMPESTIVIDADE

O subitem 11.2.3 do Edital estabelece o prazo de 03 (três) dias, para que qualquer licitante possa apresentar as razões do seu recurso.

Assim, considerando a manifestação de intenção recursal apresentada, protocolado nesta data, é tempestivo o presente Recurso.

II. DOS FATOS

A Superintendência Regional da Polícia Federal em Alagoas publicou licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para a contratação de serviços de natureza continuada de copeiragem, lavagem de veículos e mecânica de veículos leves para atender às suas necessidades, conforme as quantidades, e demais exigências estabelecidas no texto do ato convocatório e seus anexos.

Pregoeiro formalmente designado coordenou os trabalhos relativos ao certame, que teve sua Sessão Pública iniciada em 17/03/2022.

Ao final da etapa de lances, a empresa SANTA FÉ CONSTRUÇÕES LTDA. – EPP, CNPJ nº 11.949.783/0001-70, doravante denominada recorrida, teve sua proposta declarada vencedora do certame, para o item 03 - mecânica de veículos leves.

Entretanto, por se tratar de decisão que afronta os dispositivos editalícios, adiante veremos, além de inequivocamente desconectada dos Princípios que regem a licitação pública, em especial os da Legalidade, da Economicidade, da Eficiência, e da Vinculação ao Instrumento Convocatório, dentre outros, bem assim ferem a legislação de regência, a mesma carece de reforma, a bem do Direito e da Justiça.

III. DAS IRREGULARIDADES

A) Das Inconsistências Verificadas na Planilha de Custos

a.1) Da Ausência de Provisão para Custeio da Previdência Social

Ao analisar a proposta da licitante recorrida, verifica-se que na planilha de custos e formação de preços não foi alocado valor referente ao custo para cobertura do INSS.

Na planilha por ela apresentada o percentual desse item de custo é de 0% (ZERO POR CENTO).

Assim, caso contratada, a empresa não teria condição de arcar com a obrigação legal em comento, o que se configura de forma nítida em irregularidade, e mais, em ilegalidade de fato, uma vez que inafastável dita obrigação.

Isso significa, em resumo, que a Administração contratante, acaso mantida a decisão ora recorrida, seria responsabilizada

subsidiariamente por tal obrigação.

Ou seja, a contratação, tal como se configura, traria transtornos de consequências imprevisíveis para esse Órgão.

De acordo com o Manual de Orientação para Preenchimento da Planilha de Custo e Formação de Preços, elaborado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em conformidade com a Instrução Normativa nº 5, de 26.05.2017, atualizada, temos que:

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente. Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave. Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1, o Módulo 3, Módulo 4 e o Módulo 6.

Portanto, conclui-se que o custo em análise se trata de obrigação legal, e, por conseguinte, o seu cumprimento não pode ser dispensado da prestadora dos serviços.

O artigo 22, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, estabelece:

Art. 22. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de:

I - vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 1999). (Vide Lei nº 13.189, de 2015) Vigência

Assim, verifica-se que a obrigação de recolhimento da contribuição para a Previdência Social é algo irretratável e irrevogável, do qual o empregador não pode se eximir.

Diante do exposto, a planilha que não prevê custo para o cumprimento de tal obrigação não se coaduna com a legislação, e, portanto, não pode ser aceita pela Administração licitante.

Uma possível alegação da recorrida seria o fato da mesma adotar o regime de tributação conhecido por CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.

Tal regime, também conhecido como desoneração da folha de pagamentos, é uma política adotada pelo Governo Federal, destinada à manutenção do emprego, e resume-se à substituição da contribuição previdenciária de 20% por uma alíquota ad valorem, sobre a receita bruta mensal.

Acontece que a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que regulamenta essa opção, traz diversas nuances, dentre as quais, o estabelecido em seus artigos 7º, 8º e 9º, que tratam de atividades diversas daquelas vinculadas aos percentuais incidentes sobre a receita bruta.

Observe-se o estabelecido pelo § 1º, e seus incisos, do artigo 9º, a seguir transcrito:

§ 1º No caso de empresas que se dedicam a outras atividades além das previstas nos arts. 7º e 8º, o cálculo da contribuição obedecerá: (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014)

I - ao disposto no caput desses artigos quanto à parcela da receita bruta correspondente às atividades neles referidas; e (Incluído pela Lei nº 12.715, de 2012) Produção de efeito e vigência

II - ao disposto no art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, reduzindo-se o valor da contribuição dos incisos I e III do caput do referido artigo ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas aos serviços de que tratam o caput do art. 7º desta Lei ou à fabricação dos produtos de que tratam os incisos VII e VIII do caput do art. 8º desta Lei e a receita bruta total. (Redação dada pela Lei nº 13.670, de 2018) (grifamos).

Ou seja, no caso de atividades diferentes das especificadas na legislação, que é o caso do objeto do presente certame, a empresa está obrigada a recolher o percentual de 20% (vinte por cento), sobre a folha de pagamentos, a título de Contribuição Previdenciária, de acordo com previsão legal (Lei 8.212/1991).

Assim sendo, resta inequívoca a ilegalidade constante da planilha apresentada pela licitante recorrida.

a.2) Da Incompatibilidade do Percentual de Férias e Adicional de Férias

Constata-se na análise da planilha da empresa recorrida, que não existem valores alocados suficientes para a cobertura da obrigação legal trabalhista relativa a férias e respectivo adicional.

Nessa rubrica, a empresa postulante à contratação alocou o percentual de 11,11% (onze vírgula onze por cento), comprovadamente insuficiente.

Considerando-se que, para a cobertura das férias do empregado alocado à contratação, é necessária a sua substituição pelo período de 30 (trinta) dias durante um ano, o que significa que a empresa precisa pagar 1/12 do salário mensalmente.

Ademais, o próprio Órgão responsável pela regulamentação de contratações de serviços continuados, mediante a IN 5/2017, estabelece que o percentual a ser descontado para a conta vinculada, relativo a Férias e Adicional de Férias, é de 12,10% (doze vírgula dez por cento).

Portanto, mais uma vez, estamos diante de uma ilegalidade da planilha de custos apresentada pela recorrida. Dessa forma, os valores por ela ofertados mostram-se distante da realidade, além de insuficientes para o cumprimento das obrigações decorrentes de uma futura contratação.

B) Das Inconsistências na Documentação de Habilitação

b.1) Da Qualificação Econômico-Financeira

A licitante ora recorrida apresentou documentos referente à sua habilitação econômico-financeira, tais como Balanço Patrimonial, e Demonstração de Resultado do Exercício, tudo em atendimento ao subitem 9.10 do texto editalício.

Acontece que tal documentação, conforme ali previsto, deveria ser apresentada “na forma da Lei”. Isso significa que toda a documentação deveria ser juntada constando o respectivo registro na Junta Comercial do domicílio da licitante, o que não consta do rol de documentos apresentados pela recorrida. Além disso, não foram anexados os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário correspondente às Demonstrações Contábeis apresentadas.

Igualmente, a recorrida não fez juntar à sua documentação, o comprovante de registro do Profissional Responsável por essas Demonstrações, ou seja, seu Contador, junto ao Conselho Profissional respectivo.

Ou seja, tendo em vista que das demonstrações contábeis, apresentadas na forma da Lei, devem constar, dentre outros requisitos:

1. Assinatura do contador e representante legal da empresa;
2. Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário; e
3. Registro na Junta Comercial, no Cartório De Registros De Pessoa Jurídica ou OAB;

Resta inequívoco o desatendimento, por parte da recorrida, à legislação pátria, bem assim aos preceitos contidos no texto do Ato Convocatório do presente certame.

IV. DO PEDIDO

Por todo o até aqui exposto, e considerando que a planilha, juntamente com os documentos habilitatórios, apresentados pela licitante recorrida não apresenta valores suficientes para a cobertura de diversos custos legalmente obrigatórios, tais como férias e seu adicional, INSS; além do que afrontam a legislação vigente, e os ditames do Edital;

Considerando as inúmeras inconsistências verificadas na proposta, e documentação de habilitação da licitante ora recorrida, como acima demonstrado, o que configura flagrante desatendimento ao quanto estabelecido no Edital da Licitação de referência, não resta outra alternativa ao Órgão licitante, senão reformar a Decisão ora recorrida.

Ademais, requer o conhecimento e provimento do presente Recurso Administrativo, a fim de sanar as inconsistências ora apontadas, com a DESCLASSIFICAÇÃO da empresa SANTA FÉ CONSTRUÇÕES LTDA. – EPP, CNPJ nº 11.949.783/0001-70, no presente certame, por desatendimento flagrante à legislação, bem como aos Princípios da Administração e da Licitação Pública, em especial os da Legalidade, da Economicidade, da Eficiência, e da Vinculação ao Instrumento Convocatório, dentre outros.

Agindo dessa forma, a Administração licitante estará atendendo, além da legislação aplicável, aos Princípios que norteiam a licitação pública, à jurisprudência pátria e à doutrina.

Termos em que, pede e espera deferimento,

Maceió, 23 de março de 2022.

Roberval Tenório de Brito
Sócio Administrador
Pronto Serviços Gerais Ltda.

Voltar Fechar